



AMPPE

Associação do Ministério
Público de Pernambuco

NOTA DE REPÚDIO

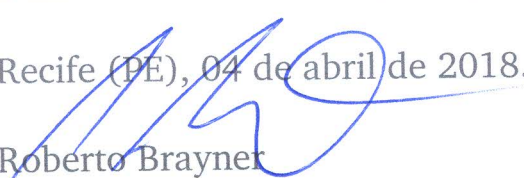
A Associação do Ministério Público de Pernambuco – AMPPE, entidade civil que reúne os Promotores e Procuradores de Justiça do Estado de Pernambuco, fundada em 17 de junho de 1946, vem a público externar sua indignação diante das declarações do comandante do Exército, general Eduardo Vilas Boas, seguidas de outras manifestações de militares de elevada patente em rede social, dando margem à interpretação de uma ameaça velada ao Supremo Tribunal Federal.

A gravidade das mensagens do comandante do Exército, no contexto do julgamento pautado para o dia hoje no STF e de um silêncio eloquente da Presidência da República, a quem o militar deve obediência, ganha amplitude à medida que, após a repercussão da aludida manifestação, não houve qualquer reparo quanto a um eventual mal entendido, circunstância que autoriza a compreensão de que houve, de fato, uma tentativa de intimidar os ministros da Suprema Corte.

Como outras entidades, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp, em mais de uma ocasião, manifestou publicamente seu posicionamento quanto à possibilidade da execução provisória da pena após a condenação criminal em 2ª instância. Outros, também com argumentos consistentes e legítimos, defendem a inviabilidade da mitigação do princípio da presunção da inocência. Tudo isso transcorreu dentro da normalidade democrática. No entanto, é inaceitável um ataque à independência do Poder Judiciário, verdadeiro atentado ao estado democrático de direito.

Democracia e liberdade, sempre!

Recife (PE), 04 de abril de 2018.


Roberto Brayner
Presidente da AMPPE